



**CENTRAL DE TRADUTORES E INTÉRPRETES**  
A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR MEDIADA PELA LÍNGUA DE SINAIS

**TRANSLATORS AND INTERPRETERS CENTER**  
THE INCLUSION IN HIGHER EDUCATION MEDIATED BY SIGN LANGUAGE

*Andrea da Silva Rosa<sup>1</sup>*  
*Claudio Moreira Alves<sup>2</sup>*  
*Clóvis de Souza<sup>2</sup>*  
*Diego Henrique de Assis da Conceição<sup>2</sup>*  
*Lilian Ferreira<sup>2</sup>*

**RESUMO**

A Central de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (TILS) atende, inicialmente, a alunos surdos matriculados nos programas de pós-graduação das unidades de ensino e pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A criação da Central de TILS está em consonância com a política de inclusão estabelecida pelos documentos oficiais, que têm como proposta reconhecer a diferença linguística das pessoas surdas e a necessidade da mediação do tradutor intérprete de Língua brasileira de sinais (Libras), de modo a propiciar ambientes linguísticos favoráveis para que os alunos possam apropriar-se dos conhecimentos científicos por meio da língua de sinais, que constitui sua língua natural. Nessa direção, objetivamos assegurar que a universidade deve ser um lugar de educação para todos, permitindo não somente a entrada das pessoas surdas, mas, principalmente, oferecendo condições para sua permanência. O objetivo principal da Central TILS é traduzir as aulas para os alunos regulares dos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intérprete de língua de sinais. Inclusão. Ensino superior.

**ABSTRACT**

Initially, the Center of Brazilian Sign Language Translators and Interpreters (TISL) serves deaf students enrolled in both undergraduate and postgraduate programs of the State University of Campinas (UNICAMP). The Center's establishment is in line with the inclusion policy supported by official documents, which aims at providing a favorable linguistic learning environment to deaf people, acknowledging their linguistic uniqueness. Such uniqueness requires the mediation of Brazilian Sign Language interpreters, who translate into the deaf people's natural language the scientific knowledge being presented in class, offering these students the opportunity to actually learn the subjects discussed. Thus, the Center's objective is to assure that the university is actually a place for the education of everyone, allowing deaf people not only to be admitted as students, but mostly to be able to keep attending the classes and to conclude their studies.

**KEYWORDS:** Sing language interpreter. Inclusion. Higher education.

<sup>1</sup> Pedagoga e Intérprete de Língua de Sinais – CEPRE – Faculdade de Ciências Médicas / Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Coordenadora da Central de Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais (TILS) – Pró-Reitoria de Graduação/UNICAMP. Doutoranda em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Campinas, SP. E-mail: [andrearosazea@gmail.com](mailto:andrearosazea@gmail.com)

<sup>2</sup> Tecnólogo em Sistema para a Internet. Editor dos vídeos aulas em LIBRAS disponibilizados na web. Diretor de TI da Pró-Reitoria de Graduação/UNICAMP. Campinas, SP. E-mail: [claudio.alves@reitoria.unicamp.br](mailto:claudio.alves@reitoria.unicamp.br)

<sup>2</sup> Operador de multimídia da Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino (DLIE) da Pró-Reitoria de Graduação/UNICAMP. Campinas, SP. E-mail: [clovis@unicamp.br](mailto:clovis@unicamp.br)

<sup>2</sup> Licenciado em Filosofia. Tradutor e intérprete de LIBRAS da Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino (DLIE) da Pró-Reitoria de Graduação/UNICAMP. Campinas, SP. E-mail: [diego@basico.unicamp.br](mailto:diego@basico.unicamp.br)

<sup>2</sup> Licenciada em Ciências Sociais. Tradutora e intérprete de LIBRAS da Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino (DLIE) da Pró-Reitoria de Graduação/UNICAMP. Campinas, SP. E-mail: [lilian@basico.unicamp.br](mailto:lilian@basico.unicamp.br)

**Submetido em:** 06/01/2016 – **Aceito em:** 22/02/2016.

<i>Rev. Saberes Univ.</i>	Campinas, SP	v.1	n.1	p.78-91	mar. 2016	ISSN 2447-9711
---------------------------	--------------	-----	-----	---------	-----------	----------------

### INTRODUÇÃO

A partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1998), o movimento de inclusão tem como meta não deixar nenhum aluno fora da sala de aula desde o início da escolarização, propondo que a escola é que deve adaptar-se ao aluno. Inclusão, nesse contexto, implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. Assim, a proposta de inclusão é contemplar a pedagogia da diversidade, ou seja, todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística. É esta proposta de educação para todos que insere o intérprete de língua de sinais na sala de aula, pretendendo, assim, garantir ao surdo a aquisição dos conteúdos escolares em sua própria língua.

A língua brasileira de sinais (Libras) foi oficializada no Brasil pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). Conforme seu artigo 1º: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

Em 2005, foi editado o Decreto Federal nº 5.626 (BRASIL, 2005), em 22 de dezembro, que, em seu Capítulo II, institui a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de graduação em Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, estendendo-se, a partir de um ano da publicação do Decreto, para as demais licenciaturas. Este Decreto também regulamenta a obrigatoriedade do intérprete de Libras nos ensinos fundamental, médio e superior. O reconhecimento da Libras como língua oficial das comunidades surdas do Brasil trouxe mudanças significativas para a sua educação.

Os direitos dos sujeitos surdos estão garantidos enquanto pertencentes a uma comunidade linguística singular, que faz uso de uma língua própria e que tem defendido, através dos tempos, seus direitos linguísticos através de lutas e, até mesmo, em alguns momentos, sujeições aparentes aos sistemas educacionais impostos, com a finalidade de, atuando dentro do sistema escolar, perseverar no direito de ser educado em sua língua. (AGRELLA, 2012, p. 53).

Vale saber que, antes da regulamentação da Libras, os surdos só tinham admissão à educação pelo método oral, o qual consiste no acesso à língua falada por meio da leitura labial, da ampliação do som e na expressão por meio da fala (PEREIRA, 2013). A escolha do método oral como única forma possível de educar o surdo aconteceu no II Congresso Internacional de Educação do Surdo, ocorrido em Milão, na Itália em 1880. Nesse mesmo evento ficou decidido proibir a língua de sinais nas escolas para surdos. Nessas condições, somente os surdos oralizados conseguiam prosseguir nos estudos e, mesmo assim, com muita dificuldade.

A proibição do uso da língua de sinais na educação de surdos por mais de cem anos trouxe como consequência baixo rendimento escolar e a impossibilidade de o surdo prosseguir seus estudos em nível médio e superior. (PEREIRA, 2013, p. 11).

Com a regulamentação da Lei de Libras, a educação começa a ser mais acessível a toda a comunidade surda; surdos oralizados ou usuários da língua de sinais tiveram seus direitos educacionais garantidos.

“O oralismo puro aos poucos perde sua importância e a tolerância para com os surdos que desejam a língua de sinais e a diferença se faz presente.” (PERLIN, 2012, p. 3).

A partir das mobilizações dos movimentos surdos e da promulgação das leis de acessibilidade e da Libras, muitas posturas vão se modificando, e a presença do tradutor e intérprete da língua de sinais (TILS) tem sido uma solicitação frequente da comunidade surda em sua educação.

Hoje, 44 países reconhecem oficialmente as Línguas de Sinais e os direitos linguísticos dos surdos. No Brasil e nesses países, as novas gerações pertencentes às comunidades surdas não dizem mais “Eu surdo” – Ser passivo – que não pensa nem escolhe. Sabem que é seu direito usar a Língua de Sinais e acreditam em suas possibilidades. É uma geração mais forte que sempre pressiona pelo intérprete, pela acessibilidade da Língua de Sinais. (STUMPF, 2008, p. 16).

Diante desse contexto de reconhecimento dos direitos linguísticos das pessoas surdas, este relato propõe-se, primeiramente, a descrever a trajetória da inclusão da pessoa surda na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); em seguida, descreve a implementação da central de tradutores e intérpretes de língua de sinais na UNICAMP, os elementos que compõem a Central de TILS e o uso de novas tecnologias para criar estratégias de estudos para os alunos surdos matriculados nos cursos de pós-graduação. Por fim, encerra-se, nas considerações finais, apontando as principais contribuições da Central de TILS na inclusão do aluno surdo no ensino superior.

### **LÍNGUAS DE SINAIS: QUE LÍNGUA É ESSA?**

As línguas de sinais existem de forma natural em comunidades linguísticas de pessoas surdas e, conseqüentemente, partilham uma série de características que lhes atribuem caráter específico e as distinguem dos demais sistemas de comunicação não verbal (ROSA, 2008).

A língua brasileira de sinais (Libras), como toda língua de sinais, foi criada em comunidades surdas que se contatavam entre si e passavam-na ao longo de gerações. É uma língua de modalidade gestual-visual, porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais, que são percebidos pela visão, a fim de transmitir uma mensagem. Diferencia-se da língua portuguesa, que é de modalidade oral-auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados percebidos pelos ouvidos (ROSA, 2008).

Em virtude dessa diferença de canal de comunicação, os sinais utilizados nas línguas de sinais normalmente são entendidos como simples gestos. Outras vezes, a língua sinalizada é

considerada mera mímica ou pantomima. Durante muito tempo ela foi considerada – e para alguns ainda o é – um sistema natural de gestos, sem nenhuma estrutura gramatical própria e com áreas restritas de uso.

Entretanto, pesquisas sobre as línguas de sinais vêm mostrando que elas são comparáveis, em complexidade e expressividade, a quaisquer línguas orais: expressam ideias sutis, complexas e abstratas. Seus usuários podem não apenas discutir filosofia, literatura, política, esportes, trabalho e moda, mas também utilizá-la com função estética para fazer poesias, histórias, teatro e humor.

Os estudos sobre as línguas de sinais datam de 1960 quando Stokoe (1960), linguista americano, propôs uma análise linguística da *American Sign Language* (ASL) em seus aspectos estruturais básicos (fonológico, morfológico e sintático), o que torna as línguas de sinais equivalentes às línguas orais constituídas de gramática própria.

Como línguas naturais, as línguas de sinais possuem sua própria gramática, ou seja, um conjunto de regras que é partilhado por todos os seus usuários. Esse conjunto de regras deve permitir a expressão de qualquer ideia. Por fazerem uso do espaço e do corpo, as línguas de sinais apresentam diferenças significativas na forma de expressão se comparadas às línguas orais, o que levou algumas pessoas a considerarem-nas empobrecidas. As línguas de sinais, em geral, não apresentam preposições, flexões e artigos, e poucas são as conjunções. No entanto, por meio do uso do espaço, é possível expressar as mesmas relações comumente expressas por meio das preposições nas línguas orais. Dessa forma, pode-se afirmar que as línguas de sinais não são empobrecidas em relação às línguas orais, mas sim que elas expressam com outros recursos as mesmas ideias. Como qualquer língua natural, as línguas de sinais não têm limite para expressar quaisquer conceitos, assim como apresentam formas diferentes de expressão. (PEREIRA, 2013, p. 19-20).

As línguas de sinais são diferentes umas das outras e independem das línguas oral-auditivas utilizadas em outros países. Por exemplo: Brasil e Portugal possuem a mesma língua oficial, o português, mas as línguas de sinais desses países são diferentes, ou seja, no Brasil é usada a Libras e, em Portugal, usa-se a língua gestual portuguesa (LGP); o mesmo acontece com os Estados Unidos, *American Sign Language* (ASL), e a Inglaterra, *British Sign Language* (BLS), além de outros países. Os sinais são próprios de cada país, ou seja, se surdos de países diferentes encontrarem-se, provavelmente um não entenderá exatamente o que o outro está querendo dizer.

Desse modo, a língua de sinais não é uma língua universal, pois adquire características diferentes em cada país e até dentro das diversas comunidades de surdos de um mesmo país.

## A TRAJETÓRIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA NA UNICAMP

A presença do intérprete da língua de sinais na UNICAMP para mediar eventos acadêmicos data de 1999; nessa época, a língua de sinais ainda não havia sido reconhecida no Brasil, portanto a universidade antecipou-se à regulamentação e garantiu à comunidade surda acesso aos saberes universitários em sua própria língua, respeitando sua diferença linguística.

Na ocasião do 12º Congresso de Leitura do Brasil (1999), realizado na Universidade Estadual de Campinas nos dias 20 a 23 de julho de 1999, a Associação de Surdos de Campinas (Assucamp) foi convidada a apresentar uma peça de teatro em língua de sinais, intitulada “Sou surdo, sou cidadão!” A apresentação ocorreu no ginásio multidisciplinar da UNICAMP e fez parte da programação cultural do evento. Essa apresentação constituiu um marco para a comunidade surda de Campinas por ser a primeira oportunidade dada aos surdos de narrarem-se em sua própria língua em um evento de alcance nacional e serem assistidos por educadores, pesquisadores e alunos comprometidos com diferentes temáticas relacionada à educação.

Vale ressaltar que, anteriormente à oficialização da Libras, as pessoas surdas só eram autorizadas a apresentarem-se nas escolas especiais e/ou nas associações de surdos.

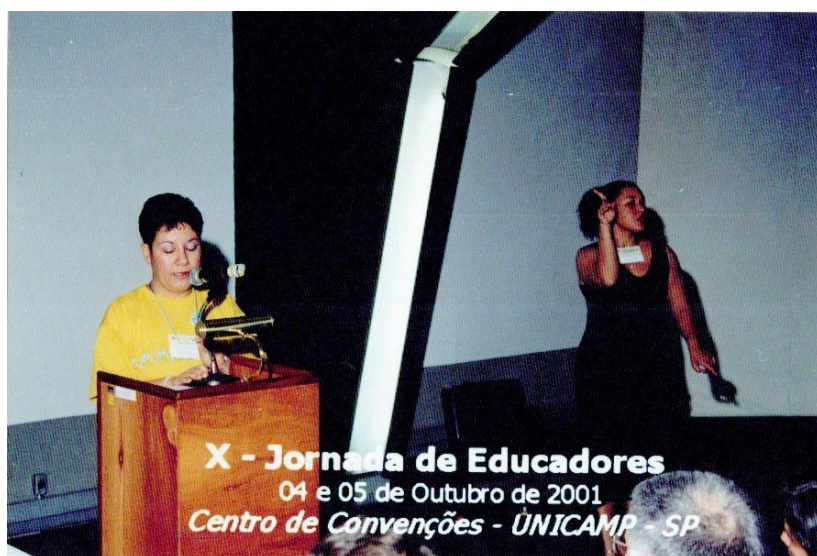


**FIGURA 1** - Teatro: Sou Surdo, Sou cidadão!! Surdos da Assucamp no 12º Congresso de Leitura (Cole), em Julho de 1999

**Fonte:** Acervo da autora

A luta da comunidade surda pelo reconhecimento de sua língua e cidadania adentra os espaços universitários, tendo como protagonistas os próprios surdos.

Dessa data em diante, a presença de pessoas surdas em eventos acadêmicos tornou-se mais frequente, consequência da inclusão do intérprete de Libras para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes. A tradução do português para a língua de sinais era realizada pela pedagoga Andréa da Silva Rosa; muitas vezes a interpretação durava horas, sem intervalo ou revezamento com outro colega (Figura 1).



**FIGURA 2** - A intérprete Andréa Rosa na X Jornada de Educadores da UNICAMP, Outubro de 2001  
**Fonte:** Acervo da autora

Com uma presença mais constante de surdos nos diferentes eventos realizados pela universidade, e abalizados pelo reconhecimento da língua de sinais no período de 2005 a 2014, a contratação de TILS deu-se na forma de prestação de serviço, sendo os profissionais contratados por hora trabalhada e, quase sempre, em dupla, para que houvesse revezamento durante a tradução. Havia vários intérpretes cadastrados (cerca de cinco) para atender à demanda, basicamente concentrada na Faculdade de Educação.

A Central TILS foi um projeto idealizado pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG), que tem se empenhado em atender de forma efetiva a uma demanda que se apresentava constante e urgente na universidade. Para isso, buscou profissionais de outras áreas com conhecimentos específicos sobre educação de surdos e tradução e interpretação da Libras para o português. O trabalho é desenvolvido em conjunto com o Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Gabriel Porto (Cepre-FCM) e com a Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino (Dlie).

A Central de TILS, prevista para contar com três tradutores e intérpretes de língua de sinais, conta, nesse momento, com dois intérpretes com formação de nível superior, os quais foram contratados mediante processo seletivo temporário, haja vista que tal para processo deu-se na vigência da vedação das normas eleitorais do segundo semestre de 2014; em 2015, tivemos a abertura do concurso público (38/2015) para a contratação definitiva de tradutores e

intérpretes de língua de sinais e língua portuguesa. Para o referido concurso foi exigida formação de nível superior, o que está em conformidade com a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Em seu capítulo IV (Do direito à educação), artigo 28, parágrafo 2, inciso II, a referida lei delibera que “os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em tradução e interpretação em Libras”.

A proposta da Central de TILS é atender integralmente às necessidades linguísticas dos alunos surdos matriculados em todas as unidades de ensino e pesquisa, aos eventos científicos realizados nas diferentes unidades, bem como, quando possível, a outros eventos abertos à comunidade quando houver participação de pessoas surdas.

Com a criação da Central de TILS, em 24 de fevereiro de 2015, através de portaria PRG 5/2015 (**interna**), as atividades de tradução passaram a ser planejadas com antecedência, de modo que os alunos não ficam sem atendimento. Até o fim de 2014 não havia garantia de que todas as disciplinas contariam com intérpretes; muitas vezes estes profissionais eram contratados no último momento, comprometendo a qualidade do trabalho.

Após a implantação da Central de TILS, o serviço de tradução ficou garantido a todo aluno, houve estabilidade no oferecimento do trabalho e, conseqüentemente, os alunos estabeleceram um vínculo com os intérpretes. Outro benefício foi proporcionar aos alunos surdos a liberdade de escolha das disciplinas oferecidas em qualquer instituto da Universidade sem que houvesse nenhuma barreira linguística.

A Central de TILS está estruturada de forma a poder planejar o atendimento de todas as unidades da universidade com qualidade no serviço e segurança para os colaboradores intérpretes. Com o objetivo de oferecer um serviço de tradução de qualidade, a Pró-Reitoria de Graduação elaborou as normas de utilização do serviço de tradutores e intérpretes de língua de sinais; tais normas foram enviadas para todos os diretores das unidades da Universidade por meio de um ofício circular. Essa ação tende a esclarecer as funções da Central de TILS na Universidade e a diminuir os atritos entre solicitantes do serviço e intérpretes, gerados, normalmente, pelo desconhecimento das especificidades do serviço de tradução.

Dessa forma, uma das medidas que contribuem para a implementação adequada dos serviços, enquanto não há uma diretriz nacional que oriente a atuação do tradutor e do intérprete de Libras-Português, é a criação de protocolos e regimentos de atuação da equipe. Os protocolos auxiliam e orientam os usuários a solicitar os diferentes tipos de tradução e de interpretação: atividades permanentes, traduções de textos acadêmicos, atividades de plantão, interpretação em eventos, na sala de aula, entre outros. Quanto ao regimento interno, desempenha um papel importante na medida em que estabelece normas que orientam a atuação profissional. (SANTOS, 2015, p. 121).

Vale ressaltar que a profissionalização do tradutor e intérprete da língua de sinais é bem recente, assim como sua inserção na educação superior, visto que os surdos estão conseguindo prosseguir nos estudos a partir da regulamentação da Libras, que aconteceu em 2002.

### **A TAREFA DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS NA UNICAMP**

Após o reconhecimento da língua de sinais e os movimentos de luta dos surdos por uma educação bilíngue, a demanda por intérpretes cresceu significativamente nas instituições educacionais. A educação dos surdos pela proposta bilíngue tem como primordial ao aluno com surdez o acesso aos conhecimentos por meio da língua de sinais. Nesta proposta, a língua de sinais é compreendida como a língua materna (L1) das pessoas surdas e a língua portuguesa como segunda língua (L2).

O trabalho dos intérpretes consiste em acompanhar os alunos surdos nas aulas e realizar a tradução da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa, ou seja, quando o aluno tem alguma dúvida ou deseja participar da aula, expondo sua opinião ou fazendo algum comentário sobre o tema estudado, o intérprete realiza a tradução da língua de sinais para o português, possibilitando o entendimento entre professor e aluno.

O ILS viabiliza a comunicação entre surdos e ouvintes, identificando-se com o orador, exprimindo-se na primeira pessoa, sinalizando e representando suas idéias e convicções, buscando imprimir-lhes similar intensidade e mesmas sutilezas que as dos enunciados em português oral. (ROSA, 2008, p. 115).

Para que essa mediação seja eficaz, é necessário ao intérprete ser fluente na língua de sinais e no português; manter-se atualizado é imprescindível para o exercício da profissão. O TILS precisa estar pronto para esclarecer para o aluno surdo os conceitos do assunto tratado na sala de aula.

A Central de TILS conta com uma infraestrutura favorável ao preparo dos intérpretes. São disponibilizados computadores com impressora para que eles possam acessar os textos que serão tratados em sala de aula. Ao estudarem os textos com antecedência e depararem-se com alguns termos desconhecidos, eles têm tempo suficiente para esclarecer dúvidas e pensar a tradução antes da aula. No momento da interpretação em sala de aula não há tempo para pensar qual seria o melhor sinal. O preparo deve anteceder ao ato interpretativo.

Mesmo quando o ILS conhece todas as palavras apropriadas, o ato interpretativo exige uma reação tão imediata que não há tempo para pensar: faltam segundos, os sinais certos são lembrados uma frase mais tarde, quando já não adiantam mais. Uma reação imediata é possibilitada pela combinação de conhecimentos linguístico das línguas envolvidas e a capacidade e o poder de decisão super-rápidos [...]. Para realizar essa tarefa, é necessário ao intérprete de língua de sinais os equivalentes entre as expressões típicas da língua de partida (Português) e as da língua de chegada (língua de sinais), nem sempre vertendo em sinais todas as palavras



pronunciadas pelo ouvinte, mas procurando manter o sentido e buscando os efeitos produzidos pelo pronunciador do enunciado oral (os mesmos efeitos possíveis por certos atos linguísticos marcados na prosódia, no corpo etc.). (ROSA, 2008, p. 116-117).

O TILS também faz mediação entre o aluno surdo e o aluno ouvinte, de forma que haja convívio e compreensão entre eles; sendo assim, o intérprete viabiliza a participação dos alunos surdos nas atividades de grupo e apresentação de seminários.

A atuação dos TILS na Universidade extrapola os limites da sala de aula, pois eles atuam em bancas de qualificação e defesa, eventos científicos, palestras, dão acompanhamento a secretarias, ao Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), ao serviço social, à biblioteca, às reuniões com orientadores e grupos de estudos, bem como à comunidade surda externa à universidade, em eventos como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Universidade de Portas Abertas (UPA). Essas últimas atividades tradutórias são realizadas conforme a disponibilidade dos intérpretes e na medida em que não comprometam as interpretações em sala de aula.



**FIGURA 3** - A intérprete Liliam Ferreira com as alunas surdas do Cepe no Pibic – Ginásio Multidisciplinar da UNICAMP, Novembro de 2015

**Fonte:** Acervo da autora

Existem ainda as demandas de traduções de textos acadêmicos em português para a língua de sinais, o que denominamos “estudos dirigidos”. Esse tipo de tradução é necessário porque, para as pessoas surdas sinalizadoras, a língua portuguesa é sua segunda língua (L2). Logo, para esses alunos, os textos acadêmicos escritos em português constituem uma leitura estrangeira. Os estudos dirigidos acontecem em horários pré-agendados e exigem leitura prévia, tanto do aluno como do TILS.

## MÍDIA DIGITAL: NOVAS ESTRATÉGIAS DE ESTUDO

Nos momentos em sala de aula, não é possível aos alunos surdos fazerem anotações porque precisam estar atentos aos intérpretes. Para que possam ter igualdade de condições de estudo, todas as aulas são gravadas em vídeo por dois profissionais da Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino (Dlie) que, ao término de cada filmagem, anotam a sigla da disciplina, a data da aula e transferem os vídeos para o profissional de tecnologia que fará a edição, disponibilizando-os na *web*.



**FIGURA 4** - Videoaula na câmera WEB - 2015

**Fonte:** Acervo da autora

As filmagens são feitas em sala de aula, utilizando duas câmeras Panasonic que filmam em HD (vídeo de alta definição). Os vídeos chegam para edição em partes de trinta minutos cada; o aplicativo utilizado na edição é o Adobe Premiere. Durante a gravação dos vídeos, o áudio não é capturado, somente os intérpretes – o foco é a língua de sinais –, dessa forma, o tamanho do arquivo é consideravelmente menor, permitindo que seja disponibilizado sem cortes e com boa qualidade.

À primeira vista, o trabalho de captação de imagens, assim como a edição de vídeo, pode parecer simples, entretanto ambas as atividades requerem habilidades específicas. Os vídeos em Libras são importantes materiais de apoio no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo universitário.

A gravação das aulas constitui um momento singular que posteriormente proporcionará momentos de estudos riquíssimos para os alunos surdos, possibilitando que estudem com autonomia. Para que essa tecnologia seja transformada em material de estudo, é necessário captar com precisão os movimentos das mãos, a expressão corporal e facial durante o

processo interpretativo; isso é determinante na elaboração do material de estudo disponibilizado na *web*, espaço que, aos poucos, vai se constituindo em lugar de exercício da pedagogia surda.

Os instrumentos que contêm a língua de sinais e outros artefatos também surdos são os espaços da pedagogia surda. “Estes espaços podem estar na escola, na casa, na Associação, no encontro de rua ou na internet. Cada vez mais o DVD com histórias infantis em Língua de Sinais se coloca para as crianças surdas como instrumento pedagógico. (STUMPF, 2008, p. 17).

Nos rastros das ideias de Stumpf (2008), as videoaulas em língua de sinais vão se transformando em instrumento pedagógico no ensino superior.



**FIGURA 5** - Captação de imagens na sala de aula na Faculdade de Ciências Médicas (FCM), maio de 2015

**Fonte:** Acervo da autora

As filmagens focam exclusivamente o intérprete e o aluno surdo, não sendo registradas imagens do professor e dos demais estudantes.

Com a gravação em mãos, os profissionais de tecnologia da informação editam as filmagens, extraindo quaisquer ruídos de comunicação e produzem um material de estudo em Libras, posteriormente disponibilizado nos portais da PRG e Cameraweb, do Centro de Computação da Universidade Estadual de Campinas (CCUEC)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Disponível em: <[www.cameraweb.ccuec.unicamp.br](http://www.cameraweb.ccuec.unicamp.br)> .

Temos aqui uma responsabilidade sem precedentes, pois com a disponibilidade das videoaulas na *web*, expomos o trabalho de toda a equipe da Central de TILS a qualquer pessoa que tenha acesso à internet. As videoaulas são o cartão de visita do nosso trabalho e também material de autoavaliação dos próprios intérpretes que, ao reverem seu trabalho no formato de vídeo, podem melhorar sua atuação.

Ao disponibilizar os vídeos, a UNICAMP tornou-se uma universidade acessível às pessoas surdas, cumprindo sua função de caráter público de maneira mais abrangente.

O surdo irá se integrar se houver acessibilidade, o que vai significar que a sociedade o acolhe. O acolhimento começa na família e na escola, se aí ele existir, o surdo vai aprender a se integrar. Então, a inclusão acontece a partir de dois movimentos: da construção social de toda a sociedade que entende e acolhe, e dos surdos, que vão participar porque se sentem acolhidos. Os dois movimentos para construir uma inclusão são: o da sociedade que acolhe e o do surdo que se sente acolhido. (STUMPF, 2008, p. 27).

Os acessos podem ser constatados nos seguintes sites:

- a) contador de acessos em aulas em libras, no *site* da PRG<sup>4</sup>;
- b) contador de acessos no Canal Libras, no *site* da cameraweb<sup>5</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da comunicação entre aluno surdo, aluno ouvinte e professor ouvinte proporcionada pela presença do TILS permite a todos participarem das relações de trocas comuns a todo processo educacional. Esses alunos não foram simplesmente *integrados* à sala de aula, mas *incluídos*, tendo sua diferença respeitada. A sala de aula, antes dita homogênea, abre-se para a diferença linguística e percebe-se multilíngue, reconhecendo a diversidade existente na universidade; assim, descortina-se a falsa ideia de homogeneidade.

Os professores, ainda que não sejam fluentes na língua de sinais, ao receberem esse aluno que fala uma língua diferente da sua, têm sua sala de aula efetivamente transformada em um lugar onde a transmissão de conhecimentos científicos é igualmente apropriada pelos dois grupos linguísticos diferentes que constituem seu alunado. Com a presença do intérprete de língua de sinais na sala de aula, inaugura-se um novo tempo, em que a Universidade pode formar pesquisadores surdos que irão contribuir com a melhoria da educação inclusiva.

O projeto tem atendido com eficácia às expectativas imediatas, e esse fato pode ser evidenciado pelo aumento de procura de surdos nos cursos de pós-graduação, fato ocorrido durante 2º semestre de 2015, período no qual atendemos um aluno surdo que foi aceito como aluno especial. Ficou constatado o interesse dos alunos surdos em cursar outras disciplinas eletivas, ou seja, não se restringiram a cursar a quantidade mínima de disciplinas exigidas

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.prg.unicamp.br](http://www.prg.unicamp.br)>.

<sup>5</sup> Disponível em: <[www.cameraweb.ccuec.unicamp.br](http://www.cameraweb.ccuec.unicamp.br)>.

pelo programa de pós-graduação de sua unidade, surpreendendo-nos na busca por novos conhecimentos, visto que não há mais impedimentos linguísticos.

Na medida em que cresce a demanda de alunos surdos ingressantes por meio do vestibular nacional ou dos programas de pós-graduação, o projeto será aproveitado em outras unidades de ensino e pesquisa dentro da UNICAMP. Há, inclusive, a possibilidade de treinar funcionários dentro da Universidade no uso da Libras para interação com os surdos e outros atendimentos pontuais para pessoas surdas da comunidade em geral.

### REFERÊNCIAS

AGRELLA, Regiane Pinheiro. Entre o saber e o conhecer a língua: questões sobre a identidade e subjetividade do aluno ouvinte estudante de libras. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. (Org.). **Um olhar sobre nós surdos**. Curitiba: CRV, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. 12., 1999, Campinas. **Anais do...** Campinas: ALB, 1999.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. (Org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.

PERLIN, Gladis. Surdos: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. (Org.). **Um olhar sobre nós surdos**. Curitiba: CRV, 2012.

QUADROS, Ronice Müller; CERNY, Roseli Zen; PEREIRA, Alice Theresinha Cybis. Inclusão de surdos no ensino superior por meio do uso da tecnologia. In: QUADROS, Ronice Müller. (Org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

RODRIGUES, Carlos Henrique. A busca por semelhança interpretativa no processo de interpretação simultânea para a língua de sinais. In: QUADROS, Ronice Müller; WEININGER, Markus J. (Org.). **Estudos da língua brasileira de sinais III**. Florianópolis: Insular/PGET/UFSC, 2014.

ROSA, Andréa da Silva Rosa. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Niterói: Arara-Azul, 2008.

SANTOS, Silvana Aguiar. A implementação do serviço de tradução e interpretação de libras–português nas universidades federais. **Caderno de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 113-148, jul./dez. 2015.

STUMPF, Marianne Rossi. Mudanças estruturais para uma inclusão ética. In: QUADROS, Ronice Müller. (Org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994**. [S.l.]: Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

